



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
GABINETE DA PREFEITA

Lei nº 012/2013.

Buriti do Tocantins-TO, 02 de julho de 2013.

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os fins necessários, que a (a) LEI Nº 012/2013 foi publicado na íntegra no placar da Prefeitura destinado à divulgação e publicidade dos atos oficiais do município, atendendo a determinação do Artigo 61, § 1º da Lei 5.666/93.

Em 02/07/2013



Secretaria Municipal de Administração

Para alteração dos artigos 3º, 5º, 6º, 11, 12, 14, 21, 22, 26, 28, 30, 35, 39, 40 da Lei 101/97, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), em consonância com a Lei Federal nº 12.696 de julho de 2012.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os artigos 3º, 5º, 6º, 11, 12, 14, 21, 22, 26, 28, 30, 35, 39, 40 da Lei 101/97, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - São órgãos de política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA;

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete da Prefeita, observado a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por 08 (oito) membros, na seguinte conformidade:

§ 1º - 01 (um) representante dos Programas Sociais com Políticas Públicas destinadas à infância e adolescência;

§ 2º - Os representantes de organizações da sociedade civil devidamente inscritas no COMDICA serão eleitos pelo voto das entidades de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e ou entidades religiosas com sede no Município, reunidas em assembleia convocada pela Prefeita, mediante edital publicado na imprensa, para nomeação e posse pelo Conselho;

RLA



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
GABINETE DA PREFEITA

§ 3º - A nomeação e posse dos membros do COMDICA far-se-á pelo(a) Prefeito(a) Municipal, obedecidos os critérios de escolha previstos nesta Lei.

Art. 5º - O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo não jurisdicional, vinculado ao Gabinete da Prefeita, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 5 (cinco) membros titulares e suplentes. Na forma do parágrafo 1º do artigo 27, com mandato de 4 (quatro) anos, art. 132 alterado pela Lei 12.696, de 25 de julho de 2012.

Art. 6 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será feito por todos os eleitores do município em dia com a Justiça Eleitoral. Supressão dos parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 7º.

Art. 7 - Somente poderão concorrer ao pleito de escolha os que preencherem os seguintes requisitos:

I - submeter-se a uma prova de caráter eliminatório de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como uma prova prática de informática, a ser formulada por uma Comissão designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O candidato que não alcançar no somatório das notas uma média igual ou superior a 6 (seis), estará impossibilitado de participar do processo eleitoral.

II – são impedidos de concorrer no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Art. 8 - Encerradas as inscrições será aberto prazo de 3 (três) dias para impugnações, que ocorrerão da data da publicação do edital no Diário Oficial do Município e ou em local público e de fácil acesso a toda população. Ocorrendo aquela, o candidato será intimado, pela mesma forma, para em (três) dias apresentar defesa.

§ 1º - Cumprindo o prazo acima, os autos serão submetidos à Comissão Eleitoral para decidir o mérito, no prazo de 3 (três) dias e, dessa decisão, publicada no Diário Oficial do Município e ou local público de fácil acesso à toda população, caberá recurso para o Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias, que decidirá em igual prazo, publicando as decisão do Diário Oficial do Município e ou local público de fácil acesso à toda população.

Art.9 - O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
GABINETE DA PREFEITA

mediante edital publicado no Diário Oficial do Município e exposto em local público de fácil acesso à toda população, especificando dia, horário, os locais para recebimento dos votos e de apuração.

§1º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 10- A convocação para os candidatos se inscreverem para concorrer ao Conselho Tutelar ocorrerão 180 dias antes do dia do pleito.

Art. 11 - Encerrada a votação, procederá imediatamente a contagem dos votos e a apuração, sob responsabilidade do COMDICA e fiscalização do Ministério Público.

§ 1º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que obteve melhor desempenho na seleção, persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 2º - Os membros escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com registro em ata, e será oficiado (a) o Prefeito(a) Municipal para que sejam nomeados com respectiva publicação no Diário Oficial do Município, e, serão empossados no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 12 - Os membros escolhidos como titulares submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a treinamentos promovidos por uma comissão a ser designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único: Os Conselheiros Tutelares eleitos deverão ser capacitados logo após as eleições e antes da posse, ficando a cargo do COMDICA convidar os suplentes para participação na capacitação.

Art. 13 - O Conselho Tutelar funcionará atendendo, através dos seus conselheiros caso a caso.

I – das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Único – senecessário em caso de emergência em outros horários.

Art. 14 - Os cargos em comissão de Conselheiro Tutelar, passam a ter mandato de 4(quatro) anos.

RLA



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS
GABINETE DA PREFEITA

Art. 15 - O padrão salarial do cargo de Conselheiro Tutelar será de 1(um) salário mínimo e que será reajustado nas mesmas bases e condições dos servidores da Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins. Sendo ainda assegurados os seguintes direitos sociais:

I – cobertura previdenciária;

II – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III – licença maternidade;

IV – licença paternidade;

V – gratificação natalina.

Art. 16 - O COMDICA, no prazo de 15(quinze) dias da nomeação de seus membros elaborará o seu plano de ação conforme regimento interno, elegendo o(a) presidente.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas com aquisição de equipamentos e acessórios decorrentes do cumprimento desta Lei, no valor de R\$12.000,00(doze mil reais)anuais.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS,

Estado do Tocantins, aos 02 dias do mês de julho de 2.013.


Rúbia Rodrigues Amorim
Prefeita Municipal
*Rúbia Rodrigues Amorim
Prefeita Municipal de
Buriti do Tocantins-TO*